



Documento Complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado e que faz parte integrante da escritura lavrada em vinte e oito de Maio de dois mil e dez a folhas setenta e quatro do livro de notas número noventa e um do Cartório Notarial em Estremoz.

Estatutos

CAPÍTULO I

Artº 1º

A Associação EUROPEAN NETWORK OF PLACES OF PEACE, é uma associação de âmbito europeu, sem fins lucrativos, que durará por tempo indeterminado.

Artº 2º

Sede

1. A Associação tem a sua sede em Portugal, na Rua da Corredoura; nº 3, Freguesia de Évoramonte, concelho de Estremoz.
2. A sede da Associação, pode ser mudada para qualquer outro local dentro da Freguesia de Évoramonte, por deliberação da Direcção.

CAPÍTULO II

Principais Fundamentos e Objectivos

Artº 3º

A Associação no desenvolvimento da sua actividade reger-se-à pelos seguintes princípios fundamentais:

a) Promoção da cooperação entre as cidades e lugares da Europa onde foram assinados Tratados e Convenções de Paz, com Organizações e Instituições Europeias, que tenham por objectivo prioritário a defesa da Paz.

b) Promoção do conhecimento mútuo, de intercâmbio de experiências e iniciativas conjuntas entre todos os lugares onde foram assinados Tratados e Convenções de Paz.

c) Promover e divulgar a defesa de uma Cultura de Paz, como modo privilegiado de assegurar um ambiente pacífico e harmonioso entre os povos europeus, por uma Europa de Paz.

d) Promover, em cooperação com governos nacionais, regionais e locais, com as instituições europeias, designadamente a Comissão e o Parlamento Europeu, eventos e iniciativas em defesa de uma política de Paz.

e) Promover o contacto e iniciativas conjuntas em defesa da Paz com outros lugares e regiões do Mundo, particularmente nas regiões onde a guerra é uma sangrenta realidade.

f) Promover o Turismo Cultural pela Paz, com a integração dos lugares de Paz nos mapas e programas de desenvolvimento turístico de todas as regiões e países europeus.

Artº 4º
Objectivos

Na prossecução dos seus princípios fundamentais, são objectivos da Associação:

- a) Constituir-se com uma Associação Europeia Independente, que agregue membros de todos os países europeus.
- b) Incentivar e apoiar a realização pelos seus membros de comemorações regulares dos Tratados e Convenções de Paz;
- c) Propor ao Parlamento Europeu a classificação como símbolo Europeu de Paz (EUROPEAN SYMBOL OF PEACE), a todos os membros da Associação, onde foram assinados Tratados e Convenções de Paz;
- d) Contribuir para a valorização dos lugares da Europa onde foram assinados Tratados e Convenções de Paz.
- e) A criação de representações em todos os Países Europeus ou outros Continentes;
- o A criação da EUROPEAN PEACE ROUTE, ligando todos os lugares, membros da Associação, onde forem assinados Tratados e Convenções de Paz;
- g) Celebrar parcerias com Universidades, Escolas e Instituições científicas Europeias, para a promoção e defesa da Paz;
- h) Promover a divulgação interna e externa das actividades da Associação, designadamente através de novas tecnologias da informação.

CAPÍTULO III

Artº 5º
Membros

Os membros da associação dividem-se em três categorias:

- a) Membros fundadores - as organizações e entidades que participem no acto de constituição da Associação, sendo considerados membros efectivos para efeitos do disposto no artigos seguintes.

- b) Membros efectivos:

- b) 1. Municípios, Câmaras, Governos ou Autoridades Regionais, em cujo território tenha sido assinado um ou mais Tratados ou Convenções de Paz, envolvendo a sua região, país, estado ou reino.

- b) 2. Associações sem fins lucrativos, cuja sede se situa em lugar ou cidade em que tenha sido assinado um ou mais Tratados ou Convenção de Paz, envolvendo a sua região, estado ou reino, que preencham cumulativamente os seguintes requisitos:

- § 1º - Estejam legalmente constituídas há mais de dois anos.

- § 2 — Tenha como objecto estatutário a defesa do Património Histórico do lugar onde estão sediadas.

- § 3 — Realizem pelo menos uma vez por ano, uma actividade ou iniciativas públicas relacionadas com um Tratado ou Convenção de Paz, que tenha sido essencial ao lugar ou cidade em que se situa a sua sede.

- b) 3. Centros Universitários ou de Investigação cuja actividade principal

esteja relacionada com a promoção e a defesa da Paz.

c) Membros associados:

- c) 1. Instituições públicas cuja actividade principal está relacionada com a promoção e a defesa da Paz;
- c) 2. Escolas Superiores que desenvolvam actividades relacionadas com a promoção e a defesa da Paz.
- c) 3. Associações privadas europeias, Federações e Confederações que promovam e defendam a Paz, sem qualquer ligação a Tratados ou Convenções de Paz.
- c) 4. Cidadãos europeus cuja contribuição seja reconhecida como importante para os objectivos da Associação.

Artº 6º

Admissão

A admissão de membros da Associação é da competência da Direcção.

Artº 7º

Membros Efectivos

São direitos dos membros efectivos:

- a) Ser eleito, eleger e destituir os membros dos órgãos sociais nos termos estatutários;
- b) Participar nas actividades da Associação, designadamente, na Assembleia Geral, requerendo, apresentando, discutindo e votando moções e propostas que entendam convenientes;
- c) Serem informados regulamente das actividades da Associação;
- d) Deliberar sobre o orçamento e o plano de actividades, sobre o relatório e contas, a apresentar anualmente pela Direcção.

Artº 8º

Membros Associados

São direitos dos membros associados:

- a) Participar nas actividades da Associação;
- b) Participar, sem direito a voto, na Assembleia Geral;
- c) Integrar comissões consultivas e científicas organizadoras de eventos e iniciativas, e Delegações Institucionais para que sejam convidados pela Direcção da Associação.

Artº 9º

Deveres dos Membros

- a) Cumprir e fazer cumprir os estatutos, bem como as deliberações dos órgãos sociais;
- b) Participar empenhadamente nas actividades da Associação;
- c) Pagar pontualmente a jóia de inscrição e quotas que sejam estabelecidas nos estatutos e as quotas aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV
Da Estrutura e Órgãos da Associação
Artº 10º
Órgãos Sociais da Associação

1. São órgãos sociais da Associação:
 - a) Assembleia Geral;
 - b) Direcção;
 - c) Conselho Fiscal.
2. O mandato dos órgãos sociais é de quatro anos sendo possível a sua reeleição.

Artº 11º
Exercício do Mandato

O exercício de cargos nos órgãos sociais pode ou não ser remunerado, conforme deliberação da Assembleia Geral.

Artº 12º
Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é o órgão máximo deliberativo da Associação.
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os seus membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos.
3. A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário

- Artº 13º
- Compete à Assembleia Geral em especial:
- a) Eleger e destituir os órgãos sociais da Associação;
 - b) Discutir e aprovar, até trinta e um de Março de cada ano, o Relatório e Contas do Exercício do ano anterior, e até trinta e um de Dezembro de cada ano o orçamento para o ano seguinte, sempre após emissão de parecer do Conselho Fiscal;
 - c) Aprovar os regulamentos relativos às condições de admissão e exclusão dos membros;
 - d) Aprovar o regulamento de convocação e forma de funcionamento da Assembleia Geral Eleitora, do processo eleitoral e do regime de funcionamento da Assembleia Geral.

Artº 14º
Deliberações

1. A Assembleia Geral não pode deliberar em primeira convocação sem a presença de, pelo menos, metade dos seus membros.
2. Se à hora prevista para a reunião, não se verificar o quórum exigido pelo número anterior, a Assembleia reunirá, uma hora depois com qualquer número de membros presentes.
3. Salvo disposição legal em contrário, as deliberações da Assembleia Geral são

tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "f3n", "AssR", and others.]

Artº 15º

Composição da Direcção

1. A Direcção é composta por um Presidente, um Vice Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um vogal.
2. Cabe ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Artº 16º

Competência da Direcção

1. A Direcção é o órgão de administração e coordenação da actividade da Associação.
2. São competências da Direcção:
 - a) Representar a Associação em juízo e fora dele, designadamente perante Instituições nacionais, regionais e locais;
 - b) Definir as atribuições e competências de cada um dos seus membros.

Artº 17º

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.

Artº 18º

Composição

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois vogais.
2. Não podem integrar o Conselho Fiscal, membros da Direcção e da Mesa da Assembleia Geral.

Artº 19º

Competência

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar as contas da Associação e os documentos de tesouraria e escrituração;
- b) Emitir parecer sobre o Orçamento, Plano de Actividades e Relatório e Contas apresentadas pela Direcção;
- c) Responder perante a Assembleia Geral, requerer a sua convocação e prestar informações sobre os assuntos da sua competência.

Artº 20º

Forma de Obrigar

Para obrigar a Associação é necessário a assinatura de, pelo menos, dois membros da Direcção, sendo um deles o Presidente ou o Tesoureiro.

CAPÍTULO V

Fundos

Artº 21º

Das Receitas

São receitas da Associação:

- a) As jóias de inscrição;

- b) As quotizações;
- c) As contribuições extraordinárias dos seus membros;
- d) Subsídios obtidos no âmbito de Programas Comunitários a que a Associação se candidate;
- e) Patrocínios institucionais e privados.
- f) Qualquer outro tipo de contribuição

Artº 22º

Das Jóias

E condição de admissão o pagamento das seguintes jóias de inscrição:

Membros Efectivos:

Municípios/Câmaras — 0,0075 € por habitante no máximo de € 2.500,00

Governos Regionais — 0,0075 € por habitante no máximo de € 5.000,00

Associações sem fins lucrativos e Centros Universitários de Investigação — mínimo de € 250,00

Membros Associados:

Instituições Públicas nacionais — mínimo € 150,00

Associações, Federações e Confederações privadas — mínimo € 100,00

Escolas superiores — mínimo € 50,00

Individuais — mínimo € 25,00.

Artº 23º

Das Quotizações

A quotização dos membros é fixada pela Assembleia Geral mediante proposta da Direcção.

CAPÍTULO VI

Regime disciplinar

Artº 24º

1. O incumprimento pelos membros, por acção ou omissão, dos seus deveres previstos nestes estatutos, constitui infracção disciplinar.
2. Às infracções disciplinares aplica-se uma das seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Suspensão de direitos por um ano;
 - c) Exclusão;
3. A aplicação de qualquer sanção pressupõe sempre a audição prévia do infractor, sendo o poder disciplinar exercido pela Direcção.
4. A exclusão é sempre submetida à ratificação da Assembleia Geral.

Artº 25º

Da Perda da Qualidade de Membro

1. Os membros da Associação podem, a todo o tempo demitir-se, mediante comunicação prévia por escrito com a antecedência mínima de um ano.

2. A demissão não confere o direito ao reembolso das jóias de inscrição nem das quotizações já pagas, mantendo a Associação o direito de exigir a quotização correspondente ao prazo prévio de aviso previsto no número anterior.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Artº 26º

Da Destituição dos Órgãos Sociais

1. Os membros da Direcção e do Conselho Fiscal podem, a todo o tempo, ser destituídos por deliberação de, pelo menos dois terços dos membros presentes na respectiva Assembleia Geral.
2. Para efeitos do nº 1 a Mesa da Assembleia Geral cessa funções após a eleição dos novos órgãos sociais.

Artº 27º

Os presentes estatutos podem ser alterados com o voto favorável de pelo menos, um quarto dos membros presentes na Assembleia Geral convocados para o efeito.

Artº 28º

1. A deliberação de fusão ou dissolução da Associação, só será válida quando aprovada por, pelo menos, um quarto dos membros no pleno gozo dos seus direitos, na Assembleia Geral especialmente convocada para o efeito.
2. Na sessão da Assembleia Geral em que for votada a fusão ou a dissolução, deverão ser obrigatoriamente definidos os termos em que a mesma se processará, designadamente, quanto ao destino do património da Associação, que, em caso algum, poderá ser distribuído pelos seus membros.

Artº 29º

Disposição Transitória

1. No acto de constituição da Associação é designada uma Comissão Instaladora integrada por membros fundadores, a quem compete convidar novos membros e convocar a primeira Assembleia Geral da Associação que elegerá os órgãos sociais.
2. No primeiro mandato dos órgãos sociais os cargos de Presidente, Vice (s) Presidente (s), Tesoureiro e Secretário serão obrigatoriamente exercidos por membros fundadores.

Artº 30º

Logo que exista uma lei europeia que regule o funcionamento das Associações, os presentes Estatutos serão alterados e adequados à nova legislação.



FRANÇOIS de JESUS FRANCIS ROSC CONNOR
um taur.